

**Brasília-DF, 30 de abril de 2010.**

## **Superior Tribunal de Justiça suspende corte de ponto**

Em decisão Liminar, o ministro Mauro Campbell Marques da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), suspendeu a decisão do governo em Cortar o Ponto dos servidores do Ministério do Trabalho em Greve e se abstenha de efetuar registro semelhante nas folhas funcionais. Esta decisão vem de encontro ao protesto dos servidores em todo o país contra a decisão do governo que, na pessoa do senhor Duvanier Ferreira, Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, que havia enviado aos ministérios a rogativa de comando de corte de ponto. Agora a greve deve ganhar sensível reforço uma vez que, mesmo sem julgar o mérito da greve, a justiça decide proibir o corte de ponto. Info DF

## **Em vigília, grevistas do Trabalho aguardam negociações**

Na noite de ontem para hoje (30) mais uma vez os servidores do Ministério do Trabalho permaneceram em vigília em frente à Superintendência Estadual, em Curitiba, para protestar contra o descaso do governo em não negociar as reivindicações com os servidores. Segundo o comando de greve do Sindprevs/Pr a intenção das vigílias é alertar que os servidores estão dispostos a permanecer em greve até uma definição de um acordo com o governo. A barraca de lona plástica erguida pelos grevistas ao lado da entrada da SRTÉ chama a atenção de quem passa pelo local. O comando estadual ainda não decidiu se desativa a barraca ou se a mantém como forma de protesto permanente contra o governo.

### **Negociações frustradas**

As negociações entre grevistas e governo realizadas no dia 28, em Brasília, não surtiram resultados positivos, uma vez que o governo propôs o prosseguimento das reuniões condicionado ao encerramento da greve, questão que os servidores não aceitaram. O comando nacional mostrou-se surpreso com a decisão do secretário de RH do Planejamento, Duvanier Ferreira, que, no dia 14 de abril, através do ofício nº 007/2010, instruiu às chefias dos ministérios em greve, Trabalho, IBAMA, Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes a efetuarem o corte de ponto dos servidores em greve. A queixa do comando é em relação a atitude do governo uma vez que sempre que perguntado sobre AA greve no TEM o governo dizia que não havia greve. Na opinião do comando, se não havia greve não havia porque descontar os salários.

Os grevistas alegam que esta mesma proposta de suspensão já havia sido feita em dezembro, quando ocorreu a suspensão da greve para início das negociações que, no dia 8 de março, acabaram dando em nada, como o governo dizendo que não havia proposta alguma e que todos poderiam entrar em greve.

Duvanier ainda insiste em dizer que o governo não tem como contemplar as reivindicações do Trabalho e que isto seria objeto de negociação no ano que vem, mas os grevistas alegam que em 2011 pode não ser a mesma turma que esteja lá e não reconheça qualquer acordo, uma vez que o atual governo é “mestre” em descumprir acordos assinados com servidores.

Neste Primeiro de Maio haverá diversas atividades de protesto por todo o país e os grevistas do Trabalho no Paraná estarão protestando contra o governo aonde houver festividades, com faixas e distribuindo carta aberta à população. Ivanise Lumertz – Notipar – G1 – Com Agências

## **Manifestantes protestam contra o INSS em Campinas**

Por causa disso, cerca de 200 pessoas deixaram de ser atendidas na agência e tiveram as perícias reagendadas

Cerca de 100 trabalhadores manifestaram insatisfação e ocuparam uma das agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), localizada na Rua Regente Feijó, no Centro de Campinas, na terça-feira (27/04) pela manhã, em protesto contra a atuação dos peritos da agência durante as consultas. O ato questionava decisões e supostas mudanças dos direitos dos benefícios aos segurados. Por causa disso, cerca de 200 pessoas deixaram de ser atendidas na agência e tiveram as perícias reagendadas.

A passeata contra o atendimento do INSS começou no Largo do Rosário, passou pela agência da Regente Feijó e foi até a frente da Previdência Social, na Rua Barreto Leme, onde ficou parada por mais de meia hora. O protesto contou com a participação do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, Sindicato dos Químicos, Comissão dos Direitos Humanos da OAB, entre outras entidades. O número de participantes foi estimado pela Polícia Militar (PM), que esteve no local, assim como agentes da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec), que fecharam algumas ruas e organizaram o trânsito próximo à Basílica do Carmo. Thaís Nucci - Correio Popular

## **Governo defende manutenção da contribuição de servidores inativos**

Representante do governo debateu PEC que acaba com contribuição previdenciária, em plenário lotado de servidores inativos.

O secretário de Políticas de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social, Fernando Rodrigues da Silva, defendeu nesta quarta-feira a manutenção da contribuição dos servidores inativos.

Fernando participou de audiência pública da comissão especial criada para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 555/06) que altera o regime previdenciário para acabar com contribuição sobre os benefícios de aposentados e pensionistas com direitos adquiridos até janeiro de 2004.

Segundo o secretário, é preciso ter em conta que a população está envelhecendo, e alguém vai ter de pagar a conta. Ele observou que a contribuição foi adotada depois de passar pelo crivo do Supremo Tribunal Federal, que decidiu pela constitucionalidade da cobrança.

Equilíbrio do sistema

Para Fernando Rodrigues, a contribuição dos inativos é uma receita importante na manutenção do equilíbrio do sistema. "Eu tenho de ter uma entidade que esteja blindada para poder pagar esses benefícios. Então, a contribuição do inativo ou aposentado e pensionista é uma contribuição importante."

Ele observa que somente quem ganha acima do teto da Previdência é quem contribui para o regime, porque existe uma convergência dos regimes geral e regime próprio da Previdência. "Por exemplo, se o aposentado ganha R\$ 4 mil, como o teto da Previdência é R\$ 3.900, ele só vai ser tributado em 11% do valor que ultrapassar esses 3.900."

### **Extinção da contribuição**

O deputado Chico Alencar (Psol/RJ) defendeu a extinção da contribuição dos aposentados. "Quem já trabalhou, quem tinha uma situação assegurada juridicamente, não deve passar a contribuir. Não pode contribuir", sustenta o parlamentar.

Ele ressalta que a Previdência é um regime solidário "e isso significa que toda a arrecadação que ela obtém dos trabalhadores ativos serve também como contribuição da Nação à vida digna daqueles que já cumpriram sua longa jornada de trabalho".

### **Parecer favorável**

O relator da PEC, deputado Luiz Alberto (PT/BA), antecipou que pretende apresentar parecer favorável à extinção da contribuição. "Quando a Emenda Constitucional 41 foi aprovada, ela atingiu todos os aposentados inativos do serviço público mais aqueles que já tinham direitos adquiridos. Com o tempo este universo será reduzido."

Ele explica: "São aquelas pessoas que já estavam inativas ou que passaram à inatividade, ou alguns ativos, residualmente, que adquiriram o direito à aposentadoria. Acho que aí há um grande espaço para negociação para aprovar o conteúdo da PEC, evidentemente com algumas mediações." Segundo Luiz Alberto, o parecer será apresentado até junho, mas ele não está otimista quanto à aprovação da PEC ainda neste ano, por conta do período eleitoral. Laycer Tomaz - Agência Câmara

## **GIRO DE NOTÍCIAS**

### **Correio Braziliense**

#### **Cenas explícitas de uma campanha**

Eles estavam na mesma cidade, no mesmo evento, mas não se encontraram. Os pré-candidatos ao Palácio do Planalto Dilma Rousseff, do PT, e José Serra, do PSDB, adotaram ontem o mesmo roteiro no interior paulista. E seguiram na maior feira do agronegócio do país, a Agrishow, a tradicional cartilha da campanha eleitoral: distribuíram beijos, abraços, tiraram fotos, subiram em tratores expostos, conversaram com lideranças da região. Também despejaram palavras de apoio ao setor e fizeram promessas. Dilma e Serra enfrentaram também uma prova de fogo no setor(1). A decisão do governo de aumentar a taxa de juros repercutiu negativamente entre os produtores, que apresentaram uma pauta de reivindicações aos dois.

#### **Perdão mantido a torturadores**

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por sete votos a dois, manter o texto original da Lei da Anistia, conforme promulgado em 1979. Ao julgarem uma ação protocolada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os ministros da Suprema Corte negaram o pedido de exclusão do perdão dado aos agentes públicos que torturaram ou mataram durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Recheado de polêmicas, o histórico julgamento foi iniciado na quarta-feira, quando o relator do processo, Eros Grau, seguiu entendimento do Ministério Público e da Advocacia-Geral da União (AGU) ao votar pela manutenção da lei, que beneficiou militares, servidores públicos, dirigentes e representantes sindicais. A legislação de 1979 deixou de fora apenas os acusados de terrorismo, assalto, sequestro e atentado.

#### **Pagamentos agilizados**

Aprovada com o objetivo de agilizar o pagamento de cerca de R\$ 100 bilhões devidos pelo poder público a milhares de pessoas em todo o país, a Emenda Constitucional 62 — que trouxe novas regras para a quitação dos precatórios — tem provocado efeito contrário. Por falta de estrutura e preparo de vários tribunais de Justiça, na maioria dos estados a liberação dos recursos está suspensa desde o fim do ano passado. Uma das alegações é que os tribunais precisam unificar a lista de credores e débitos, antes dividida em três: trabalhistas, aqueles que envolvem estados e municípios em conjunto com órgãos federais e os demais precatórios alimentares e comuns. Outro motivo é a dificuldade em verificar quantos são os maiores de 60 anos e os portadores de doenças graves, que agora têm preferência sobre os demais para receber um teto de R\$ 33 mil.

#### **Receita caça 500 sonegadores no DF**

Operação da Receita Federal, Polícia Federal e Ministério Público desbaratou ontem uma quadrilha que fraudava a declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) há pelo menos cinco anos em Brasília. O golpe, que consistia em inflar as deduções de despesas com educação, saúde e previdência privada para obter gordas restituições, causou um prejuízo estimado em R\$ 100 milhões aos cofres públicos. Três escritórios de contabilidade encabeçavam o esquema, que beneficiou entre 400 e 500 contribuintes brasilienses. Em muitos casos, a devolução conseguida com a armação chegou a R\$ 50 mil por ano. Em média, os envolvidos terão de recolher ao governo R\$ 200 mil em imposto devido, multa e juros — o volume diz respeito a todo o período investigado.

## **O Globo**

#### **Em feira agrícola, Dilma e Serra atacam invasões**

Pré-candidatos ao Planalto, a petista Dilma Rousseff e o tucano José Serra aproximaram seus discursos para

agradar aos produtores agrícolas na feira de equipamentos e máquinas Agrishow, em Ribeirão Preto. Além de defender maiores incentivos para o setor, eles criticaram o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e foram aplaudidos pelos produtores rurais. Serra fez as críticas mais pesadas, na mesma linha que tem defendido desde a semana passada, quando afirmou a um programa de TV que os sem-terra "usam a reforma agrária como pretexto" para fazer um movimento político e que não devem ser financiados pelo governo.

### **Supremo confirma que anistia vale também para torturador**

Num julgamento histórico, o Supremo Tribunal Federal manteve ontem, por sete votos a dois, a validade da Lei de Anistia, que desde 1979 beneficia tanto agentes do Estado como militantes da oposição que cometeram crimes na ditadura militar. A maioria dos ministros considerou que a anistia foi amplamente negociada entre civis e militares, tendo sido fator fundamental para a transição da ditadura para a democracia. O julgamento foi feito a pedido da OAB, que questionava a amplitude da lei com a intenção de excluir do perdão os crimes hediondos - como tortura, estupro e desaparecimento - praticados por militares. "Não consigo entender como a mesma OAB, que teve participação decisiva na aprovação dessa lei, venha rever o seu próprio juízo como se tivesse acordado tardiamente", disse Cezar Peluso, presidente do STF. A OAB reagiu dizendo que, na sua visão, o STF foi na contramão de uma tendência internacional, que considera a "tortura como crime imprescritível

Derrotada no julgamento, OAB diz que STF 'perdeu bonde da História'

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, criticou duramente ontem a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de rejeitar revisão da Lei da Anistia e, com isso, impedir a punição de agentes da repressão acusados de tortura. Para Cavalcante, o STF "perdeu o bonde da História" e futuramente será julgado pela sociedade pelo suposto equívoco.

### **Aposentados: votação será terça-feira**

O PMDB reafirmou ontem que trabalha para o partido ter posição única na Câmara e no Senado quanto ao reajuste dos aposentados que ganham acima do mínimo. Mas ainda precisa convencer os senadores do partido, que defendem 7,7% contra os 7% já acertados pelos deputados. A posição foi reforçada ao longo do dia, antes do encontro do presidente Lula com os senadores da base aliada, que ocorreu à noite. A votação foi adiada para terça-feira, mas o impasse permaneceu mesmo após a reunião com Lula. Segundo o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), o assunto não chegou a ser debatido com o presidente, pois a reunião foi dominada pela discussão dos projetos do pré-sal. Jucá reconheceu que o impasse continua:

- As negociações continuam na semana que vem.

### **Marina se licencia do Senado para fazer campanha**

A senadora Marina Silva (PV-AC) decidiu ontem tirar licença do mandato até o dia 17 de junho para se dedicar à campanha à Presidência. A licença será sem ônus para o Senado - a Constituição prevê que licença para assuntos particulares é sem remuneração. Ela não receberá o salário de R\$16,5 mil nem os benefícios. Nesse período, o Senado ficará com um senador a menos, já que o Regimento Interno prevê o afastamento do parlamentar para interesses particulares, desde que não ultrapasse 120 dias. Como a licença de Marina não será superior a quatro meses, seu suplente, Sibá Machado, não deve ser convocado. A volta da pré-candidata ao Senado está prevista para 17 de junho. A pré-candidata anunciou a decisão no seu Twitter: "Quero contar para vocês aqui em primeira mão: estou me licenciando do cargo de senadora".

### **Pré-campanha de Dilma é criticada por aliados**

Dois ex-assessores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na área de comunicação criticaram a campanha da pré-candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff. O jornalista Ricardo Kotscho, secretário de Imprensa da Presidência entre 2003 e 2004, afirmou que a ex-ministra da Casa Civil começou em "maré baixa". Já o publicitário Duda Mendonça, marqueteiro de Lula em 2002, disse que a petista foi "desvirtuada". Até Fernando Pimentel, um dos coordenadores da campanha, admitiu que Dilma precisa mudar o linguajar nas entrevistas. Ontem, em visita à Agrishow, em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, Dilma se irritou quando foi perguntada sobre o assunto.

- Críticas são normais - disse ela, afirmando que a pergunta não cabia no local.

### **Sarney diz ter ligações pessoais com Arruda**

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), disse ontem não ter ligações políticas, mas pessoais, com o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, que perdeu o mandato em meio a denúncias de corrupção. De acordo com reportagem publicada ontem pelo jornal "Estado de S.Paulo", o nome Sarney aparece escrito com a letra de Arruda em suposto documento de contabilidade de caixa dois da campanha ao GDF. À frente do nome Sarney, estaria registrado "250/150 PG".

- Fomos colegas no Senado durante bastante tempo, oito anos. Temos relações pessoais, mas nunca tivemos relações políticas. Eu sempre pertenci aqui ao PMDB, e as minhas ligações eram com o PMDB do governador Roriz - observou Sarney.

### **Collor racha palanque de Dilma em Alagoas**

A coordenação de campanha da pré-candidatura da petista Dilma Rousseff foi surpreendida ontem com a decisão do senador Fernando Collor (PTB-AL) de disputar o governo de Alagoas. Isso porque a base aliada havia decidido fechar acordo em torno da candidatura do ex-governador Ronaldo Lessa, do PDT. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva já havia pedido esforço dos petistas e aliados para um palanque único para Dilma. Uma outra decisão deixou a base de Dilma ainda mais rachada em Alagoas: o PP anunciou que apoiará a reeleição do governador tucano Teotonio Vilela Filho. O PP está na base do governo Lula. Anteontem, o partido resolvera adiar para junho a decisão sobre o apoio nacional.

## **Folha de S. Paulo**

### **Por 7 votos a 2, STF mantém Lei da Anistia sem alteração**

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem que a Lei da Anistia não pode ser alterada para possibilitar a punição de agentes do Estado que praticaram tortura durante a ditadura militar (1964-1985). Os ministros negaram, por 7 votos a 2, um pedido da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) que questionou a extensão da legislação, editada em 1979 pelo governo João Figueiredo. A entidade argumentava que a tortura é um crime comum e imprescritível e, portanto, quem o cometeu não poderia ser beneficiado pelo perdão. A tese, porém, não prevaleceu.

O julgamento, considerado histórico pelos próprios ministros, encerra uma polêmica que dividiu o governo Lula. Após dois dias de julgamento e mais de dez horas de discussão, o tribunal entendeu que a Lei da Anistia foi "bilateral" e fruto de um acordo político resultado de um "amplo debate" travado pela sociedade brasileira.

### **Pré-candidatos evitam criticar alta dos juros**

Os três principais pré-candidatos à Presidência da República evitaram criticar ontem a decisão do Banco Central de elevar a taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual, para 9,5%. Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV) elogiaram a atitude do BC, enquanto José Serra (PSDB) afirmou que a alta é um argumento do Copom para combater a inflação, embora seja "dolorosa". Em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, Serra disse que a subida dos juros "é um problema para a agricultura, que tem dificuldade para exportações, para a concorrência externa".

### **Em baixa no NE, Serra percorrerá interior**

Em mais um capítulo da tentativa de conquistar o eleitorado do Nordeste, o pré-candidato do PSDB à Presidência, José Serra, prepara uma caravana pela região em maio -única na qual ele fica atrás da adversária Dilma Rousseff (PT) nas pesquisas de intenção de voto. O plano da coordenação da campanha tucana, segundo a senadora Marisa Serrano (MS), designada pelo PSDB para cuidar da agenda de Serra, é que ele passe cinco dias seguidos na região, viajando de carro pelo interior. A maratona deve ocorrer dentro de duas semanas.

### **Justiça confirma absolvição de ex-ministro**

A segunda instância da Justiça Federal confirmou a absolvição de Luiz Carlos Mendonça de Barros (ex-ministro das Comunicações), André Lara Resende (ex-presidente do BNDES), José Pio Borges (ex-vice-presidente do BNDES) e Renato Guerreiro (ex-presidente da Anatel) da acusação de favorecimento à Telemar na privatização do Sistema Telebrás, em 1998.

A denúncia de suposta improbidade administrativa, feita pela Procuradoria, já havia sido rejeitada, pela 17ª Vara da Justiça Federal em Brasília. A decisão foi alvo de recurso. Em março deste ano, a absolvição foi

confirmada pelo TRF-1. Para o relator, juiz Fernando Tourinho Neto, não há prova de irregularidade.

## **O Estado de S. Paulo**

### **STF rejeita revisão da Lei da Anistia**

A anistia é ampla, geral e irrestrita. O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu ontem que a Lei de Anistia é válida e, portanto, é impossível processar penalmente e punir os agentes de Estado que atuaram na ditadura e praticaram crimes contra os opositores do governo como tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados. Depois de dois dias de julgamento, a maioria dos ministros do STF rejeitou ação proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que questionava a concessão de anistia a agentes da ditadura e propunha uma revisão. No debate, venceu, por 7 votos a 2, a tese defendida pelo relator da ação, Eros Grau, ele próprio uma vítima da ditadura. Grau disse não caber ao STF alterar textos normativos que concedem anistias. O ministro observou que a Lei de Anistia resultou de amplo debate, que envolveu políticos, intelectuais e entidades de classe, dentre as quais, a própria OAB.

### **Caso ainda pode chegar às cortes internacionais**

Embora proferida pela mais alta corte de Justiça do País, a decisão tomada ontem sobre o alcance da Lei de Anistia não representa o ponto final do debate. Ele pode ser retomado em cortes internacionais. Na verdade isso já ocorre. Neste momento o Brasil é réu em uma ação de responsabilidade na Corte Interamericana de Direitos Humanos, acusado de detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de integrantes da Guerrilha do Araguaia, movimento armado sufocado pelo regime militar nos anos 70. A próxima audiência do caso está agendada para o dia 20. O debate ampliado é possível porque o Brasil faz parte de instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e endossa declarações segundo as quais o julgamento de certos crimes transcende a legislação nacional. São declarações que limitam, portanto, o poder soberano do Estado.

### **Lula dá sinal verde para PT intervir em Minas**

Disposto a obrigar o PT a apoiar a candidatura do senador Hélio Costa (PMDB) ao governo de Minas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu sinal verde para o Diretório Nacional petista intervir na seção mineira, caso o partido não saia pacificado da prévia marcada para o próximo domingo. Lula está convencido de que Dilma Rousseff, pré-candidata do PT à sua sucessão, precisa não apenas do apoio do PMDB como de palanque único em Minas para chegar ao Planalto. Trata-se do segundo colégio eleitoral do País, depois de São Paulo, administrado pelo PSDB.

Há, porém, uma crise à vista: a disputa no PT de Minas envolve justamente o ex-prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel ? um dos coordenadores da campanha de Dilma ?, e o ex-ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, que comandou o Bolsa-Família. Ao que tudo indica, quem ganhar não vai levar e pode, no máximo, ser candidato ao Senado ou a vice na chapa liderada por Costa.

### **Presidente pede na TV para manter 'modelo de governo'**

Em rede nacional de rádio e TV, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ontem que a população tome "decisões corretas" para manter o "modelo de governo" atual. Lula é o padrinho da pré-candidatura da ex-ministra Dilma Rousseff à Presidência. Lula falou que esse "modelo" de gestão ainda está no início e citou a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) como exemplo de investimentos para o futuro. Lula já chamou Dilma de "mãe do PAC". "Olhando para o calendário, meu período de governo está chegando ao fim. Mas algo me diz que este modelo de governo está apenas começando", disse.

## **Lula leva Dilma a festas sindicais no 1º de Maio; Serra vai a evangélicos**

No calor da sucessão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, pela primeira vez desde que foi eleito, dos atos do 1.º de Maio das centrais sindicais em São Paulo, na função de cicerone de Dilma Rousseff. Em contrapartida, o tucano José Serra deve se encontrar com lideranças evangélicas em Camboriú (SC). A estratégia dos petistas é usar a presença histórica de Lula, num momento de pouca rivalidade entre as centrais, para tentar aumentar a inserção de Dilma entre servidores estaduais. Seria um contraponto com os tucanos, que têm larga vantagem eleitoral em São Paulo, mas não neste segmento. No 1.º de Maio de 2004, 2005 e 2006, Lula participou de missa em homenagem aos trabalhadores em São Bernardo do Campo, mas nunca prestigiou eventos das centrais na capital como presidente.

## **Marina é contra criar mais ministérios**

A pré-candidata do PV à Presidência, Marina Silva, discordou ontem da proposta do presidente do PSDB, José Serra, de criar os Ministérios da Segurança Pública e do Deficiente. Objeção semelhante já tinha sido feita pela pré-candidata do PT, Dilma Rousseff. "Se a gente não pensar em reforma do sistema, criar mais ministérios é ir empilhando cada vez mais estruturas sem o cuidado em relação à visão e a gestão", afirmou Marina.

## **Sarney nega relação com caixa 2 de Arruda**

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), negou ontem ligações políticas com o governador cassado do Distrito Federal, José Roberto Arruda, com quem disse ter apenas "relações pessoais". A expressão "Sarney" surge numa contabilidade de caixa 2 da campanha de 2006, ao lado do termo "250/150 PG", conforme revelou ontem o Estado.

"Fomos colegas aqui no Senado. Temos relações pessoais, mas não políticas. Eu sempre pertenci ao PMDB e minhas ligações com o PMDB eram com o governador Joaquim Roriz", disse Sarney. Anteontem, a assessoria de Sarney afirmou ao Estado que ele e Arruda "nunca tiveram relacionamento de parceria política nem de amizade".

## **TV Brasil começa a operar rede nacional na segunda**

A TV Brasil começa a operar oficialmente na segunda-feira a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), a ser formada pelos 4 canais da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), 7 emissoras universitárias e 15 estações estaduais. A meta é atingir 1.716 dos 5.562 municípios brasileiros (30,8%), onde moram 100 milhões de pessoas ? mais da metade da população do País. O acordo para criação da nova estrutura foi fechado na terça-feira. O objetivo é que a Rede Nacional de Comunicação Pública veicule por dia programação nacional conjunta por até dez horas e meia. A nova estrutura terá três categorias de membros: os associados retransmitirão a grade conjunta na íntegra; os parceiros, de seis horas a menos de dez horas e meia; e os colaboradores, três horas

## Servidores do MTE realizam vigília

29/04/2010 às 00:00:00 - Atualizado em 29/04/2010 às 01:30:48  
Flávio Laginski

Servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizaram ontem uma vigília em frente a sede da superintendência em Curitiba, no Centro da cidade. Em greve desde o último dia 6, os trabalhadores querem que representantes do governo apresentem uma contraproposta para as suas reivindicações. A vigília vai acontecer em todos os estados onde há a paralisação.

De acordo com o servidor e um dos responsáveis pelo comando estadual da greve, Gilberto Félix da Silva Júnior, foi armado uma barraca para que os manifestantes passassem a noite no local.

“Além dos servidores da capital, vão participar também funcionários de sedes do MTE do interior e também companheiros de partidos políticos. Boa parte irá passar a noite aqui”, informa.

<http://www.parana-online.com.br/editoria/economia/news/443827/?noticia=SERVIDORES+DO+MTE+REALIZAM+VIGILIA>

## Greve no Judiciário não prejudica o atendimento

Segundo advogados, primeiro dia de greve dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado não foi sentida

28/04/2010 - 20h14 . Atualizada em 28/04/2010 - 20h18  
Agência Anhanguera de Notícias

O presidente da associação que representa os servidores do TJ, José Gozze, afirmou que 60% dos servidores do Estado aderiram

O primeiro dia de greve dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP) não prejudicou atendimentos em Campinas, segundo advogados ouvidos pela reportagem.

A advogada Carina Grotta disse que esteve em cinco varas da Cidade Judiciária e conseguiu tratar dos processos nos quais trabalha. O advogado Fernando Spina também disse que esteve em diversas secretarias durante o dia e não observou mudanças na rotina do local. “Fiquei surpreso, acho que a adesão não foi muito grande”. A diretoria do Fórum estima que 50% dos 600 servidores não compareceram ao serviço.

O presidente da associação que representa os servidores do TJ, José Gozze, afirmou que 60% dos servidores do Estado aderiram. “Algumas cidades pararam, enquanto em outras a participação foi menor”, disse.

Durante o dia, os grevistas se reuniram com representantes do TJ e não chegaram a um acordo. O órgão ofereceu 4,17% de aumento, enquanto a categoria reivindica 20,16%.

<http://cosmo.uol.com.br/noticia/52177/2010-04-28/greve-no-judiciario-naobr-prejudica-o-atendimento.html>

## Servidores e militantes se enfrentam em Uberlândia

Enquanto aguardavam a visita de José Serra, servidores da educação confrontaram militantes tucanos em Minas

Agência Estado | 28/04/2010 16:37

Enquanto aguardavam a chegada do pré-candidato à Presidência da República, José Serra, do ex-governador mineiro, Aécio Neves, e do atual governador de Minas, Antonio Anastasia (PSDB), servidores

da educação estadual confrontaram militantes tucanos em frente à Associação Comercial e Industrial (ACI) de Uberlândia.

Cerca de 30 representantes do Sindicato dos Servidores de Educação Estadual estavam com faixas reivindicando o piso salarial de R\$ 1.312,85 ao governador, enquanto militantes do PSDB gritavam frases de apoio a Serra, Aécio e a Anastasia.

Por volta de 14h40, após uma discussão verbal, houve um rápido confronto. Militantes tucanos usaram mastros de bandeira para agredir os representantes sindicais. Carlos Alberto Kian, colaborador do sindicato, caiu e foi atingido por um chute no rosto. O óculos do sindicalista quebrou e ao tentar se levantar foi contido pela Polícia. Os grupos foram separados pela PM.

Segundo Elaine Cristina Ribeiro, diretora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, cerca de 70% dos professores estaduais de Uberlândia estão paralisados há cerca de 20 dias e 80% do Estado estariam em greve no neste período.

Na Bahia

Na terça-feira, Serra foi às cidades de Feira de Santana e Alagoinhas, na Bahia. Além da questão da violência, Serra foi orientado a falar sobre problemas de infraestrutura, sobretudo relacionado a estradas. Quatro rodovias federais passam pelo município de Feira de Santana: as BR 116, 101, 324 e 310.

<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/servidores+e+militantes+se+enfrentam+em+uberlandia/n1237598836278.html>

### TRF adia decisão sobre URP

Julgamento foi interrompido por mais um pedido de vista da ação proposta pelos servidores para garantir o pagamento da gratificação de 26,05% sobre os salários. Para dois desembargadores, o benefício vale apenas para aposentados. A tendência é de derrota dos técnicos

Isabel Vilela

Publicação: 29/04/2010 08:17 Atualização: 29/04/2010 08:19

Cerca de 3 mil funcionários técnicos-administrativos da Universidade de Brasília (UnB) estão sem nenhuma garantia do pagamento da URP, parcela que corresponde a 26,05% de seus salários. Ontem, o julgamento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que decide a questão foi adiado mais uma vez, depois que a desembargadora Mônica Sifuentes pediu vistas do processo. Na última segunda-feira, a sessão também foi interrompida pelo mesmo motivo.

Como na segunda-feira, os técnicos-administrativos da universidade voltaram ontem a fazer uma manifestação diante do prédio do TRF - (Antônio Cunha/Esp. CB/D.A Press )

Como na segunda-feira, os técnicos-administrativos da universidade voltaram ontem a fazer uma manifestação diante do prédio do TRF

A continuação do julgamento ainda não tem data definida, mas a decisão não deve surpreender. Dois dos três ministros que julgam o caso, a relatora Neuza Alves e o desembargador Francisco Betti, votaram contra a manutenção do pagamento da URP. Além disso, o tribunal deixou claro que em seu entendimento o processo diz respeito apenas a 204 servidores aposentados que entraram na Justiça em 2005. Ou seja, qualquer que seja a decisão, ela não afetará os demais funcionários, que ficam, então, sujeitos ao parecer do Ministério do Planejamento, contrário ao pagamento da URP.

Diante disso, o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub) estudará novas estratégias para tentar manter a parcela. “A luta política continua. A essa decisão caberá recurso, para garantirmos o direito dos 204 afetados. Quanto aos demais, vamos analisar outras medidas possíveis”, destacou o advogado do sindicato, Valmir Andrade.

O dirigente do Sintfub, Mauro Mendes, avaliou como negativa a segunda sessão do julgamento. “Tínhamos uma liminar que garantia a URP a todos os servidores e agora não temos mais”, lamentou. Segundo ele, a paralisação continua, pelo menos até terça-feira, quando uma assembleia da categoria decidirá os rumos da greve. “O fim da paralisação ainda não é uma questão. Amanhã (hoje), reuniremos o comando de greve para discutir o resultado da sessão de hoje (ontem)”, explicou Mauro.

O julgamento no TRE começou por volta das 14h, quando o desembargador Francisco Betti apresentou seu voto, endossando o parecer da relatora, que é contrário ao pagamento da URP da forma como vem sendo feita pela Universidade de Brasília (UnB). Para ela, os 26,05% do salário pagos aos 204 funcionários deveriam ter sido absorvidos pelos aumentos posteriores.

Os dois desembargadores discordaram, no entanto, quanto ao período que deve ser considerado para a devolução de parte da parcela que teria sido recebida indevidamente pelos funcionários. Neuza defende que os valores devem ser devolvidos a partir de 2008, data da última reestruturação salarial. Para Betti, o cálculo da devolução deve partir de 2005, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) comunicou à UnB que o pagamento era indevido. Na próxima sessão, Mônica Sifuentes deve se posicionar a respeito tanto da legalidade do pagamento da URP, quanto da devolução de parte do dinheiro, caso a considere indevida.

A sessão realizada ontem estava lotada e cerca de 30 servidores precisaram aguardar do lado de fora do tribunal. Além dos funcionários da UnB, o reitor da universidade, José Geraldo de Sousa Junior, e o presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (Adunb), Flávio Botelho, assistiram à sessão, que terminou antes das 15h.

Ampliação com base na autonomia

Os questionamentos à URP paga a professores e funcionários da UnB vêm de longa data. A parcela foi criada por lei em 1987, como reajuste salarial aos servidores públicos com base nos prejuízos causados pela inflação da época. Em 1989, uma outra lei suspendeu a parcela, mas os funcionários da UnB entraram com diversas ações na Justiça do Trabalho para mantê-las e tiveram sucesso.

Em 1991, com base no princípio da autonomia universitária, o reitor da UnB à época estendeu a parcela a todos os servidores e professores da instituição. O Ministério da Educação (MEC), então, foi contra a ampliação aos demais funcionários, mas o Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a decisão do reitor. Em 1990, a AGU tentou derrubar a URP, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou o caso julgado, descartando a possibilidade de recurso. A URP continuou sendo paga normalmente a todos os professores e servidores da instituição até que, em 2005, o Tribunal de Contas da União (TCU) começou a não homologar os pedidos de aposentadoria dos professores e servidores que a recebiam. Nessa época, tanto o Sintfub, na 5ª Vara Federal, como a AdUnB, no STF, entraram com processos para que o TCU homologasse essas aposentadorias.

Os técnicos-administrativos perderam em primeira instância e recorreram ao TRF, que começou a julgar a ação esta semana, mas entendeu que o processo diz respeito apenas aos 204 funcionários que tiveram problemas com a homologação da aposentadoria. Os professores ainda aguardam o julgamento do STF, mas têm a seu favor, desde o início deste mês, um despacho da ministra Cármen Lucia que garante o pagamento da URP a todos os docentes até que o mérito da ação seja julgado pelo tribunal.

## CCJ adia votação de proposta que trata da aposentadoria integral de juízes

28/04/2010 - 16h12

Sem conseguir aprovar requerimento de audiência pública sobre proposta de emenda à Constituição (PEC 46/08) que resgata a possibilidade de juízes, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública receberem aposentadoria integral, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) - um dos autores do pedido de debate - pediu vista da matéria e, assim, adiou sua votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O pedido de vista também foi apoiado pelo senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Ao defender o requerimento, Suplicy disse respeitar tanto a iniciativa legislativa do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) - autor da PEC 46/08 - quanto o parecer favorável do relator, senador Marconi Perillo (PSDB-GO). Mas considerou importante ouvir representantes do Poder Judiciário e das categorias beneficiadas, além da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério da Previdência Social, sobre regras para aposentadoria que diferem das estabelecidas para a maioria dos brasileiros.

Também reivindicaram audiência pública sobre a PEC 46/08 os senadores petistas Tião Viana (AC) e Aloizio Mercadante (SP). A exemplo de Suplicy, Tião Viana disse reconhecer a responsabilidade de Eduardo Azeredo e Marconi Perillo no encaminhamento da proposta, mas ponderou que sua aprovação pode levar a complicações nas despesas correntes dos estados.

Em resposta ao comentário de Tião Viana, o autor da PEC 46/08 observou que o impacto econômico da medida será avaliado, oportunamente, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O senador Romeu Tuma (PTB-SP) também aproveitou a discussão para anunciar que irá apresentar emenda à proposta, no Plenário, para incluir o delegado de polícia no rol de beneficiários da aposentadoria integral.

Simone Franco / Agência Senado  
(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

<http://www.senado.gov.br/agencia/verNoticia.aspx?codNoticia=101415&codAplicativo=2>

## Servidores rejeitam proposta do TJ-SP e decidem manter greve

28/04/2010 - 15h24

FLÁVIO FERREIRA  
da Reportagem Local

Em assembleia realizada no início desta tarde, servidores da Justiça de São Paulo rejeitaram a proposta de reajuste salarial de 4,17% apresentada pelo TJ (Tribuna I de Justiça) de São Paulo e decidiram manter o movimento iniciado hoje.

No Fórum João Mendes, o principal de São Paulo, não houve interrupção dos serviços, mas o trabalho de algumas varas ficou mais lento por conta da adesão de funcionários à greve.

Por volta das 11h30 começou uma reunião entre os sindicalistas e representantes da direção do tribunal. Na reunião, os representantes do TJ prometeram levar para a Assembleia Legislativa a proposta de aumento de 4,17% e a reivindicação do plano de carreira.

Segundo dirigentes sindicais, a assembleia realizada em frente ao Fórum João Mendes contou com a presença de 5.000 servidores. Policiais militares avaliaram que 2.000 pessoas participaram do ato

O primeiro dia de greve apontou baixa adesão dos trabalhadores. Segundo o TJ, até o meio da tarde de hoje não havia notícia de nenhum fórum totalmente paralisado.

Na assembleia, os sindicalistas convocaram os grevistas a formar amanhã "corredores" nas entradas dos fóruns para convencer os colegas a aderir à paralisação.

O presidente da comissão salarial do TJ, desembargador Antonio Carlos Malheiros, e representantes de 16 sindicatos e associações de servidores promoveram um encontro na tarde de ontem para tentar evitar a paralisação. Porém, a reunião não durou nem 15 minutos.

Ante a reivindicação dos sindicatos de reajuste salarial de 20,16%, o representante do tribunal propôs que os servidores aguardassem até agosto para dar início a discussões sobre um eventual aumento.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u727242.shtml>

### Servidores da Justiça de SP prometem fazer greve

quarta, dia 28, abril de 2010

Por Fernando Porfírio

Foi um desastre político a reunião ocorrida nesta terça-feira (27/4) do Tribunal de Justiça com as lideranças dos servidores do Judiciário. Os funcionários marcaram para amanhã o início da greve que promete parar os serviços administrativos e de cartórios na maior corte de justiça do país.

A reunião, convocada pela presidência do Tribunal, durou exatos 15 minutos e foi marcada por constrangimento e revolta. O encontro contou com a presença solitária do desembargador Antonio Carlos Malheiros, presidente da Comissão Salarial do Tribunal.

Malheiros podia ter sido poupado do constrangimento, pois nada tinha a oferecer aos servidores. Começou dizendo que o Tribunal de Justiça não dispunha de uma proposta de reposição salarial. Acenou com a possibilidade do tema ser discutido no segundo semestre. Afirmou que o plano de cargos e carreiras poderá ser apreciado pela Assembléia Legislativa em maio e concluiu dizendo que a corte paulista realiza reuniões com o Banco do Brasil para restabelecer novas linhas de créditos para os servidores.

As críticas à presidência do Tribunal de Justiça foram duras. As lideranças defenderam a paralisação a partir desta quarta-feira dos servidores por tempo indeterminado reivindicar as reposições salariais. Os dirigentes lembraram a última greve, ocorrida em 2004 – a mais longa na história do Judiciário paulista – quando os servidores pararam por 91 dias.

Os efeitos para a população agora deverão ser semelhantes aos daquele ano. Na época, cerca de 12 milhões de processos ficaram parados, pelo menos 600 mil sentenças não foram assinadas e mais de 400 mil audiências deixaram de ocorrer na data prevista. A categoria tem 42 mil servidores na ativa e 9.000 aposentados. A meta é que a paralisação atinja ao menos 15 mil trabalhadores, ou 35% dos servidores em atividade.

Uma assembleia geral está marcada na Praça João Mendes, no centro da Capital, para as 13h desta quarta-feira (28/4). Dezenas de reuniões regionais estão previstas para acontecer em diferentes comarcas da capital e do interior.

Os servidores decidiram pela paralisação no último dia 14.

Os servidores reclamam reposição salarial de 20,16%. Segundo eles, nos dois últimos anos não houve correção dos salários na data-base, o que aumentou ainda mais a defasagem. O índice também contempla um residual da data-base de 2008, que também não foi paga. A data-base da categoria é 1º de março.

<http://www.conjur.com.br/2010-abr-28/servidores-saem-reuniao-tj-sp-decididos-greve>

### Greve vai paralisar Justiça Eleitoral no dia 5 de maio

28/04/2010 - 15:28 - Da redação do Portal AZ

Os servidores do Judiciário Federal no Piauí fizeram grande manifestação em frente ao TRE, enquanto a sessão da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público acontecia na Câmara dos Deputados. Sindicatos do Judiciário em todo o país mobilizaram a categoria, que paralisou as atividades em diversos estados. Mesmo com a pressão, a votação do projeto na comissão foi suspensa.

No Piauí a discussão girou em torno do PCS e outros problemas que norteiam a categoria. O diretor de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Piauí, Saturnino Dantas, disse que essa é a luta mais difícil para aprovar o PCS. Saturnino afirma ter sido a primeira vez que os trabalhadores precisaram fazer greve para que o Supremo Tribunal Federal enviasse o projeto para o Congresso Nacional. “Essa é a luta mais difícil, além de ter essa demora mais que demais para envio e agora para votação do projeto, nós ainda temos que lutar contra o projeto 549/09, que congela o salário dos servidores públicos por dez anos e que já foi aprovado sem votos contra no Senado Federal”.

O servidor do TRT Pedro Laurentino comentou sobre a audiência pública, realizada em Brasília, para discutir o plano de cargos e salários dos servidores. O servidor falou especialmente sobre os representantes do poder executivo na audiência, que alegaram o impacto financeiro para não realizar a revisão salarial dos servidores. “Nós sabemos que dinheiro tem, agora, a gente tem que saber onde é que eles vão investir. Eles tiram mais de 20 milhões para pagamento da dívida pública, que favorece os banqueiros e não querem investir o dinheiro no salário dos trabalhadores.”

A diretora do Sintrajufe-PI, Madalena Nunes, chamou a atenção para a importância de toda a categoria se envolver nas mobilização, em especial na greve geral, que poderá ser deflagrada a partir do dia 5 de maio em todo o país. Como o dia 05 de maio é o último dia para alistamento e transferência na Justiça Eleitoral, a categoria acha que é fundamental a greve, com forte concentração em frente aos cartórios eleitorais. “Os servidores do TRE vão ser de grande importância na mobilização pela votação do PCS-4. Do jeito que está, nós temos que investir pesado, ou eles não vão nos dar o reajuste”.

Neste domingo, dia 02 de maio, os sindicatos de todo o país participarão da Reunião Ampliada da Fenajufe, que acontece em Brasília. No Piauí o indicativo de greve já está aprovado desde ontem, em votação dos servidores concentrados no Fórum Trabalhista. Hoje, no TRE, a categoria entendeu que o diretor Saturnino Dantas, delegado do Piauí na Reunião Ampliada, deverá propor e defender que a Justiça Eleitoral faça greve no país inteiro dia 05 de maio. “Nós estamos prontos para a batalha e queremos a força dos servidores de todo o país reunida neste dia” – afirma Saturnino Dantas.

O projeto de revisão salarial começou a ser discutido em 2009 e só foi enviado para o Congresso após greve dos servidores, em novembro e dezembro do ano passado. O Congresso Nacional voltou às atividades em fevereiro, mas só nesta semana o projeto foi colocado na pauta da primeira Comissão da Câmara e mesmo assim foi retirado. Para ser aprovado, o projeto ainda terá que passar por mais cinco comissões e talvez vá a plenário. Em julho, o Congresso Nacional entra de recesso e, quando voltar, deverá voltar as atenções para o período eleitoral. Se o projeto não for aprovado até junho, corre o risco de só ser aprovado em 2011.

## O ócio da greve: 50 dias sem aulas na UnB

Estudantes entediados, sem pique de estudar e caindo na balada. Essa é a rotina de grande parte dos alunos desde março

Priscilla Borges, iG Brasília | 28/04/2010 18:29

Há 50 dias estudantes da Universidade de Brasília (UnB) estão sem aulas. Não ter de estudar para provas, aguentar professores chatos, fazer trabalhos nem se dividir entre a sala de aula e projetos de pesquisa ou estágios poderia até ser motivo de comemoração. Mas, entre os universitários, a avaliação da greve não é nada boa.

Luís Felipe do Prado, 17 anos, calouro de engenharia mecânica, é um dos inúmeros estudantes que não têm nada para fazer. Ele fica em casa o dia inteiro, serve de suporte para a família – resolve problemas burocráticos, paga contas, espera o instalador de qualquer coisa – e cai na balada com os amigos quase todo dia.

Para ele, que ainda não havia tido tempo de se envolver com as possibilidades de extensão e pesquisa da universidade, os espaços da academia não fazem muito sentido na greve. Além de tudo, Luís teme demorar a se focar novamente nos estudos quando as aulas recomeçarem – sabe-se lá quando.

“Eu não acreditava que passaria no vestibular. Já estava tendo aulas no cursinho quando fui aprovado na segunda chamada. Estava estudando demais. Agora, perdi o ritmo”, diz. Luís admite que, por um lado, a folga é boa depois de tanto tempo de preparação para o vestibular. Mas a aguardada atribulação do semestre pós-greve o desanima.

Os amigos Rodrigo Maestrali, 20, João Augusto Martins de Santana, 23, Gustavo Nunes, 20, e Rafael Queiroz, 18, alunos do curso de física, já estão cansados da greve. Rodrigo vive uma situação considerada pelos universitários das piores em dias de greve: dois professores não pararam as aulas.

A rotina de Rodrigo inclui aulas todos os dias na UnB. Sem nenhum pique para estudar depois dos encontros, ele assiste as aulas desanimado. Não pode deixar a universidade agora, nem quando a greve acabar. “Não fiquei de férias, como todo mundo, e ainda terei de continuar estudando depois. É horrível”, opina.

João Augusto também está chateado porque as férias ficarão comprometidas após a greve. Segundo a decana de Graduação da UnB, Márcia Abrahão, se a paralisação acabasse hoje, as aulas precisariam ser dadas até fevereiro para dar conta de cumprir o calendário letivo integral dos dois semestres previstos para 2010.

A previsão, por enquanto, é de haja um intervalo de apenas três semanas entre um semestre e outro. No fim do ano, na suposição elaborada pelo decanato, os estudantes teriam folga entre os recesso de Natal e Ano Novo e na primeira semana de janeiro. Mas, definitivamente, só dá para ajustar o calendário após o fim da greve.

Formatura atrasada

Tainá Batista de Assis, 23 anos e Wanne Kelly Souza Silva, 22, estão no último semestre de biblioteconomia. Elas admitem que até deveriam comemorar o fato de, sem aulas, terem mais tempo para

elaborar a monografia de conclusão do curso. A realidade, no entanto, é que elas estão mais preocupadas com possíveis atrasos na formatura.

Sem o diploma, as futuras bibliotecárias não podem obter o registro do Conselho Regional de Biblioteconomia e procurar um emprego. Além disso, elas se preocupam com as datas já definidas para a colação de grau e a festa de formatura. “A greve é péssima, especialmente porque a biblioteca está fechada”, lamenta Tainá.

A greve da UnB não está restrita aos professores. Os servidores da instituição também decidiram cruzar os braços em protesto contra a ameaça de cortes salariais. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão defende que o pagamento URP (índice que reajustava os salários na época da inflação e foi incorporado à remuneração dos servidores na década de 1990) é ilegal.

A briga está na Justiça. Os professores e os funcionários já ganharam em algumas instâncias. Mas, hoje, os técnicos perderam parte da batalha no Tribunal Regional Federal (TRF), que considerou o pagamento ilegal para 204 servidores aposentados que haviam entrado na Justiça para garantir o pagamento. O caso dos professores será julgado pelo Supremo Tribunal Federal, em data ainda não definida.

Na próxima sexta-feira, os professores farão uma assembleia para decidir o futuro da greve. Marcelo Aparecido de Brito, 28, aluno do segundo semestre de história não vê a hora de as aulas recomeçarem. Por enquanto, ele só tem as aulas de inglês para se ocupar.

Aiessa Balest, 20, universitária de farmácia, aproveitou esse tempo de paralisação para adiantar as tarefas do projeto de pesquisa que participa. Apesar disso, não vê a hora de recomeçar o semestre. De verdade.

<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/o+ocio+da+greve+50+dias+sem+aulas+na+unb/n1237599017120.html>

## **STF suspende votação da Lei da Anistia**

Ministro Eros Grau rejeita revisão de anistia para crimes comuns e julgamento é interrompido  
Agência Brasil | 28/04/2010 20:44

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Eros Grau deu voto contrário à ação que contesta a Lei da Anistia no Brasil. Em seu voto, o relator do processo considerou improcedente a ação e afirmou que não cabe ao STF legislar sobre a matéria nem revisar textos da anistia. Para ele, a anistia está integrada pela ordem estabelecida na Constituição de 1988.

O julgamento iniciado às 14h25 foi interrompido e será retomado nesta quinta-feira na sessão prevista para as 14h.

Com o voto, o relator entende que não compete ao STF revisar a Lei da Anistia para decidir se alcança ou não agentes do Estado acusados de crimes comuns como abuso de autoridade, sequestro, tortura e lesões corporais, homicídio, desaparecimento forçado, estupro praticados contra opositores ao regime político da época.

A lei anistiou “todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes”, argumentou Grau.

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153 foi ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e contesta o artigo 1º da Lei da Anistia. A Ordem questiona o perdão a crimes comuns praticados por militares e policiais que atuavam no sistema de repressão política da ditadura militar (1964-1985).

Eros Grau lembrou que a Lei de Anistia foi fruto de um acordo político com a participação inclusive da OAB. “Nesses autos encontramos a OAB de hoje contra a OAB de ontem”, comentou o ministro.

Em sua avaliação, o local de revisão da lei é o Congresso Nacional. O governo federal está preparando um projeto de lei para a instalação de uma Comissão da Verdade para apurar a ocorrência de violações aos direitos humanos depois do golpe militar de 1964.

Estiveram ausentes do julgamento os ministros Joaquim Barbosa (que está de licença médica) e José Antônio Dias Toffoli, que se declarou impedido. Toffoli estava à frente da AGU quando o órgão elaborou parecer contrário à arguição da OAB, considerando improcedente e defendendo que a ação fosse arquivada sem análise de mérito, por não haver controvérsia jurídica sobre a Lei da Anistia.

Antes do parecer do ministro Eros Grau, o plenário do STF rejeitou questionamentos processuais do Congresso Nacional, da AGU e do Ministério da Defesa.

Para o ministro Marco Aurélio, no entanto, a ação deveria ser extinta por falta de interesse processual. Também antes de tratar do mérito, Eros Grau negou o pedido da OAB de realização de uma audiência pública para debater o assunto.

Quando o julgamento for retomado os votos deverão ser proferidos na seguinte ordem: ministra Cármen Lúcia, e, na sequência, os ministros Ricardo Lewandowski, Carlos Ayres Britto, Gilmar Mendes, Ellen Gracie, Marco Aurélio, Celso de Mello. O ministro Cezar Peluso, presidente do STF, vota por último.

#### Lei de Anistia

No dia 28 de agosto de 1979, foi criada a chamada Lei da Anistia. Foi o primeiro passo para garantir o retorno da paz necessária à redemocratização no país depois de anos de ditadura militar, responsável por cassar direitos e garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros.

Logo após a promulgação da Lei, foram anistiados todos os que, de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos, de motivação política e crimes eleitorais, alcançando aqueles que tiveram seus direitos políticos suspensos, servidores públicos, militares e dirigentes e representantes sindicais punidos com fundamento nos atos institucionais e complementares do regime militar. Não foram contemplados com a anistia os condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/stf+suspende+votacao+da+lei+da+anistia/n1237599278184.html>

### **Greve no Judiciário não prejudica o atendimento**

Segundo advogados, primeiro dia de greve dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado não foi sentida

28/04/2010 - 20h14 . Atualizada em 28/04/2010 - 20h18

Agência Anhanguera de Notícias

O presidente da associação que representa os servidores do TJ, José Gozze, afirmou que 60% dos servidores do Estado aderiram

O primeiro dia de greve dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP) não prejudicou atendimentos em Campinas, segundo advogados ouvidos pela reportagem.

A advogada Carina Grotta disse que esteve em cinco varas da Cidade Judiciária e conseguiu tratar dos processos nos quais trabalha. O advogado Fernando Spina também disse que esteve em diversas secretarias durante o dia e não observou mudanças na rotina do local. “Fiquei surpreso, acho que a adesão

não foi muito grande”. A diretoria do Fórum estima que 50% dos 600 servidores não compareceram ao serviço.

O presidente da associação que representa os servidores do TJ, José Gozze, afirmou que 60% dos servidores do Estado aderiram. “Algumas cidades pararam, enquanto em outras a participação foi menor”, disse.

Durante o dia, os grevistas se reuniram com representantes do TJ e não chegaram a um acordo. O órgão ofereceu 4,17% de aumento, enquanto a categoria reivindica 20,16%.

<http://cosmo.uol.com.br/noticia/52177/2010-04-28/tituloLink.html>

## **Travestis lançam campanha para sensibilizar serviços de saúde**

28/04/2010

Oi mona! Tem camisinha na bolsa? A pergunta, em tom de cumplicidade divertida (“mona” é mulher, no jargão dos travestis), é um toque de celular, que por sua vez é uma peça publicitária da campanha “Sou Travesti. Tenho Direito de Ser Quem Sou”, de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e de combate ao preconceito nos serviços de saúde.

Concebida pelos próprios travestis e realizada com o apoio do Ministério da Saúde e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a campanha foi lançada ontem em Brasília com a presença do ministro José Gomes Temporão, que defendeu que a rede pública de saúde deva estar preparada para atender às demandas do grupo, que incluem escrever o nome social – o nome feminino adotado – nos prontuários. “Os travestis sofrem agressões nos espaços públicos, a exemplo do que ocorre quando são chamados em público, por profissionais de saúde, por seus nomes de registro e não por seu nome social. Muitos passam a evitar o serviço de saúde”, afirmou o ministro.

A campanha inclui folhetos – dirigidos aos profissionais de saúde – que orientam sobre como prestar um atendimento de melhor qualidade e sem discriminação ao grupo. Vítima muitas vezes do preconceito de servidores públicos, a técnica em enfermagem Fernanda Benvenuti, de João Pessoa, na Paraíba, é uma das mentoras da campanha, que espera sensibilizar todos os profissionais que atuam nos serviços de saúde, a começar pelo segurança que atende na entrada do posto.

<http://www.brasiliaconfidencial.inf.br/?p=14697>

## **Servidores do MTE fazem vigília para "lembrar" governo federal da greve**

Ato será realizado em frente à sede da Superintendência Regional do Trabalho, no Centro da capital, de quarta-feira (28) para quinta-feira (29)

28/04/2010 | 08:58 | Fernanda Leitões

Servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de Curitiba que estão em greve farão uma vigília em frente à sede da Superintendência Regional do Trabalho, no Centro da capital, de quarta-feira (28) para quinta-feira (29). A manifestação pretende chamar atenção para a paralisação, que já dura 22 dias.

A manifestação ocorre nesta quarta-feira porque haverá uma reunião em Brasília entre representantes do Ministério do Planejamento e do Comando de Greve, a partir das 19 horas.

De acordo com Gilberto Félix, membro do Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência Social e Ação Social do Estado do Paraná (Sindprevs), cerca de 40 servidores em greve de Curitiba e de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, devem participar da vigília. “Queremos lembrar o governo federal de nosso movimento e mostrar a mobilização dos servidores”, disse Félix.

A organização do movimento começará a montar as barracas com lonas a partir das 18 horas desta quarta-feira. Além disso, quando escurecer, os manifestantes irão acender algumas velas.

Greve

A greve dos servidores do MTE começou no dia 6 de abril. Segundo o Sindprevs, 30% dos trabalhadores de Curitiba estão em greve - o que corresponde a 24 colaboradores do órgão. Sendo assim, 70% dos servidores estão trabalhando normalmente (56 colaboradores).

Felix reconheceu que a greve prejudica o atendimento à população, mas argumentou que isso não vem ocorrendo só por causa da paralisação. “Se 70% dos servidores continuaram com as atividades normalmente, bastaria fazer um remanejamento para que não houvesse prejuízos à população”, afirmou.

Reivindicações

Uma das principais reivindicações da categoria é a criação de um plano de carreira específico para os servidores do MTE, para que haja equiparação salarial com os trabalhadores do INSS.

Os servidores também querem melhorias nas condições de trabalho e jornada de trabalho de 12 horas, em dois turnos de seis horas.

<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=997142>

## **Senado começa a retomar velhas práticas em 2010**

Quase um ano depois do escândalo dos atos secretos, a Casa demonstra que não reagiu à onda de denúncias

29 de abril de 2010 | 8h 40  
O Estado de S.Paulo

Ponto eletrônico

Senadores dispensaram seus funcionários do controle de frequência eletrônico

Terceirizados

Prorrogação dos milionários contratos com as empresas terceirizadas acusadas de nepotismo

Punição leve

A suspensão de 30 dias imposta a dois servidores envolvidos nos atos secretos foi transformada em multa

Reforma

Senado prevê este ano reforma do plenário, avaliada em R\$ 5 milhões

Sem demissão

Boa parte dos funcionários nomeados por atos secretos continua trabalhando na Casa

<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,senado-comeca-a-retomar-velhas-praticas-em-2010,544555,0.htm>

## **CNDI faz videoconferência sobre trabalho e Previdência Social para idosos**

France Presse

Publicação: 29/04/2010 10:05

O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), da Secretaria de Direitos Humanos, realiza hoje (29), das 16h às 18h, videoconferência sobre trabalho e Previdência Social para a pessoa idosa. Esta é o terceiro de nove debates que o CNDI realizará neste ano.

As videoconferências são organizadas para apresentação dos diversos temas que envolvem o universo dos direitos da pessoa idosa no Brasil. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2008), 84% da população idosa brasileira recebem aposentadoria ou pensão.

<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia182/2010/04/29/economia,i=189513/CNDI+FAZ+VIDEOCONFERENCIA+SOBRE+TRABALHO+E+PREVIDENCIA+SOCIAL+PARA+IDOSOS.shtml>

## **Raupp pede ao governo manutenção do texto do Congresso sobre transferência de servidores de RO para a União Esta matéria contém recursos multimídia**

28/04/2010 - 21h32

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que o texto elaborado pela bancada de Rondônia sobre a regulamentação da Emenda Constitucional 60/09 seja preservado ao máximo. Ele e outros parlamentares da bancada estiveram nesta quarta-feira no ministério, analisando detalhes do texto.

De autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO), a emenda determinou que os integrantes da carreira de policial militar e os servidores municipais do ex-território federal de Rondônia que estavam em exercício no momento da criação do estado, em 1981, fossem transferidos para o quadro de servidores da União.

De acordo com Raupp, o texto elaborado com a participação da bancada de Rondônia deverá ser inserido na Medida Provisória 472, relatada no Senado Federal pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR). A MP, acrescentou, deverá ser votada na próxima terça-feira (4).

De acordo com o senador, a transposição trará para o estado uma economia entre R\$ 40 milhões e R\$ 50 milhões. Este dinheiro, enfatizou, será utilizado em investimentos em saúde, educação e segurança pública, entre outras áreas.

Da Redação / Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

<http://www.senado.gov.br/agencia/verNoticia.aspx?codNoticia=101450&codAplicativo=2>

## **Pavan retira medida provisória que concede gratificações a profissionais da Saúde em SC**

Saúde | 28/04/2010 | 17h06min

< br /> Assembleia geral dos servidores vai definir se categoria entra em greve

A Medida Provisória (MP) 174, que concede gratificações aos servidores da Saúde, será retirada da Assembleia Legislativa de Santa Catarina pelo governador Leonel Pavan. A decisão de Pavan foi anunciada no plenário pelo líder do PSDB, deputado Serafim Venzon.

Com a retirada da MP, a emenda, que estende a gratificação salarial a todos os servidores da Saúde, e que seria votada nesta tarde também cai.

Após a notícia, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Estado (SindSaúde), Edileuza Garcia Fortuna, disse que haverá uma assembleia geral da categoria para decidir se paralisam os serviços. A alegação pela derrubada da MP, segundo Venzon, seria a inconstitucionalidade da emenda.

DIARIO.COM.BR

<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2887134.xml&channel=67&tipo=1&section=Geral>

### Servidores da Saúde de Santa Catarina apostam em negociação e adiam decisão sobre greve

Saúde | 28/04/2010 | 21h22min

Nova assembleia da categoria está marcada para 5 de maio

Os servidores da Saúde de Santa Catarina decidiram na noite desta quarta-feira adiar a decisão sobre uma possível greve da categoria, apostando em uma negociação sobre benefícios com o governo do Estado.

A decisão foi tomada horas depois de o governador Leonel Pavan retirar da Assembleia Legislativa a Medida Provisória (MP) 174, que concederia gratificações a parte da categoria. A sessão em que foi anunciada a decisão do governador foi acompanhada por um grupo de servidores.

A emenda que estenderia o benefício ao restante dos servidores e iria a votação no Plenário nesta quarta-feira também caiu, como consequência. Segundo apurou o colunista político Moacir Pereira, Pavan teria prometido assinar nova medida provisória voltada ao setor na próxima semana.

De acordo com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Estado (SindSaúde), Edileuza Garcia Fortuna, os servidores permanecem em estado de greve até o dia 5 de maio, data em que deve ocorrer nova assembleia da categoria, às 14h. O local da reunião ainda não foi definido.

Para a líder sindical, o importante é conseguir uma abertura de negociação com o governo estadual até a próxima semana.

DIARIO.COM.BR

<http://www.clicrbs.com.br/noticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2887384.xml&channel=84&tipo=1&section=Geral>

### Comissão vai analisar plano de carreira de funcionários da Saúde

28/04/2010 17:10

O secretário da Saúde, Carlos Moreira Junior, reuniu-se na manhã desta quarta-feira (28) com representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos de Saúde do Paraná (SindSaúde), na Assembleia Legislativa. A audiência pública teve como objetivo discutir a implantação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) da categoria.

O secretário informou que nos próximos dias deverá ser apresentado o nome dos quatro componentes que vão compor a nova comissão paritária para Debater o Plano de Carreira. Serão escolhidos dois nomes da Secretaria da Saúde e um da Secretaria do Planejamento e da Secretaria da Administração. A comissão terá também quatro integrantes do Sindicato.

“A saúde é um dos pontos fundamentais na vida de qualquer pessoa e não poderia ser diferente na administração pública. Os servidores da saúde já foram contemplados com a Gratificação por Atividade em Saúde (GAS) que ampliou o salário de forma significativa e vamos avançar no que for possível”, explicou o secretário.

Na última quinta-feira (22), representantes do Sindicato reuniram-se com Carlos Moreira Junior onde foram apresentadas algumas reivindicações da categoria, como a carga semanal de trabalho de 30 horas.

A categoria foi uma das primeiras a receber gratificação, a chamada Gratificação por Atividade em Saúde (GAS), que varia de R\$ 500 a R\$ 700, dependendo da complexidade da unidade onde atuem. Cerca de 7 mil funcionários recebem este benefício, que ampliou, no momento de sua implantação, os vencimentos dos servidores em até 166%, no caso dos trabalhadores com 1º grau completo. Já os servidores com 2º e 3º grau, com esta gratificação, tiveram aumento nos seus vencimentos de 114% e 25%, respectivamente. Esta gratificação, ao todo, envolve mensalmente R\$ 4,8 milhões de recursos próprios do Governo do Estado.

Também estiveram presentes na audiência os deputados estaduais Luiz Eduardo Cheida, Antônio Belinatti, e Tadeu Veneri.

<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=56037>

### **Servidores da Saúde protestam e chegam a bloquear ruas perto do HGE Categoria pede retomada das negociações com o Governo sobre reajuste salarial**

09:42 - 29/04/2010

Da Redação

Neste momento, servidores da Saúde, lotados no Hospital Geral do Estado (HGE) e na Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, realizam uma manifestação nas proximidades da unidade. De acordo com a assessoria do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social e Trabalho no Estado de Alagoas, o Sindprev, os manifestantes já bloquearam ruas que dão acesso ao Hospital.

A mobilização tem o objetivo de pressionar o Governo do Estado para retomar as negociações sobre o reajuste salarial acordado durante a greve realizada em 2008, mas que nunca foi pago. Além dessa reivindicação, os servidores também denunciam as más condições de trabalho na unidade e a necessidade de contratação de mais profissionais.

<http://www.tudonahora.com.br/noticia/maceio/2010/04/29/93865/servidores-do-hge-protestam-e-chegam-a-bloquear-ruas-perto-da-unidade>